

Sociedades em Transição para a Sociedade em Rede

Gustavo Cardoso

Vários analistas têm proposto que as sociedades se encontram a viver uma transformação significativa que pode ser caracterizada por duas tendências paralelas que enquadram o comportamento social: individualismo e comunalismo (Castells, 2003b).

Por individualismo entende-se aqui a construção de sentido em torno da concretização dos projectos individuais. E por comunalismo a construção de sentido em torno de um conjunto de valores definidos por uma colectividade restrita e internalizados pelos seus membros.

Diferentes observadores têm olhado para estas duas tendências como potenciais fontes de desintegração das actuais sociedades, enquanto as instituições sobre as quais elas assentam perdem a sua capacidade integradora, isto é, são cada vez mais incapazes de fornecer sentido às pessoas: a família de modelo patriarcal, as associações cívicas, as empresas e, acima de tudo, a democracia representativa e o Estado-Nação, pilares fundamentais da relação entre a sociedade e as pessoas, ao longo do século XX (Castells, 2003; 2004, Giddens, 2000).

Mas pode haver uma hipótese diferente. Talvez aquilo a que se assista não seja a desintegração e fraccionamento da sociedade, mas a reconstrução das instituições sociais e, para além disso, da própria estrutura social, com base nos projectos autónomos dos sujeitos sociais. Esta autonomia (face às instituições e organizações da sociedade) pode ser vista como individual ou como colectiva, neste último caso diz respeito a um grupo social específico, definido pela sua cultura autónoma.

Nessa perspectiva, a autonomização dos indivíduos e grupos é seguida pela sua tentativa de reconstruir sentido, numa nova estrutura social, a partir dos seus projectos auto-definidos. A Internet, em conjugação com os *mass media*, ao fornecer os meios tecnológicos para a socialização do projecto de cada um numa rede de sujeitos similares, torna-se uma poderosa ferramenta de reconstrução social e não um pretexto para a desintegração. Mas essa (re)construção social não terá de seguir a mesma lógica dos valores da sociedade industrial tardia, de onde emerge a nova estrutura.

No entanto, sendo a Internet uma tecnologia, a sua apropriação e domesticação (Silverstone, 1994) pode também ocorrer de forma conservadora e assim actuar apenas enquanto propiciadora da continuidade da vida social tal como ela se encontrava pré-constituída.

Os exemplos são muitos. Se quisermos alargar o nosso campo de visões podemos olhar para a Internet como, por exemplo, instrumento de manutenção de uma sociedade patriarcal radicada numa interpretação fundamentalista do Islão, quando a vemos ser utilizada para o recrutamento de operacionais para a *Al-Qaeda* ou — outro exem-

plo — como instrumento de perpetuação de velhos modelos de funcionamento da administração pública, quando as páginas *on-line* dos ministérios nada mais oferecem do que os contactos telefónicos dos serviços, numa lógica de substituição das páginas amarelas, em papel, pelo hipertexto em circuito fechado institucional. Ou ainda quando nos limitamos a construir uma página pessoal centrando conteúdos em torno da personalidade e identidade individual sem qualquer ligação a entidades de pertença ou afiliação, recusando assim a lógica da partilha numa rede de interesses.

A hipótese para a análise da evolução social e do papel da Internet nessa evolução é que a Internet é uma ferramenta para a construção de projectos, no entanto, se ela for apenas utilizada como mais um meio de fazer algo que já fazemos, então, o seu uso será limitado e não necessariamente diferenciador face a outros media existentes (como por exemplo a televisão, no que diz respeito ao entretenimento e informação noticiosa).

Como se verifica pela análise das realidades de duas sociedades em transição, como a catalã e a portuguesa (Castells, *et al.*, 2003, Cardoso, *et al.*, 2005), a Internet é apropriada de forma diferente por diferentes pessoas e nem todas realizam usos que a diferenciem face ao que outros media poderiam já oferecer. Essa é uma realidade mais perceptível porventura em sociedades onde os níveis de utilização da Internet são ainda reduzidos. No entanto, diferentes estudos realizados em sociedades diversas (Cole, 2005) demonstram que essa é uma realidade que não está directamente ligada ao carácter de transição, ou já de afirmação enquanto sociedade informacional, mas sim a variáveis como a dimensão educativa e geracional.

No entanto, há algo nas sociedades em transição que as faz enfatizar mais as diferenças: nas sociedades em transição as divisões entre quem usa e quem não usa tecnologias, como a Internet, são mais fortes e tendem a tornar, ainda mais, o seu uso dependente da geração a que se pertence: quanto mais jovens, maior a utilização e quanto maior o nível de educação, maior será o uso.

Se parece ser um dado adquirido que sociedades como a norte-americana, a finlandesa ou a de Singapura podem ser catalogadas como informacionais (Castells e Himanen, 2002) como poderemos definir o que são sociedades em transição para um modelo informacional, isto é, sociedades em que a marca da organização social em rede já se afirma em largos sectores da sociedade?

Para responder, iremos aprofundar a análise de uma sociedade cujas características, embora profundamente europeias, deixam transparecer também proximidades de relacionamento e de valores com o continente americano: Portugal.

O argumento em torno da escolha de Portugal como exemplo-tipo de uma sociedade em transição para a sociedade em rede é o de que se trata de um país que, em diferentes graus, partilha características de desenvolvimento, valores e condicionantes histórico-políticas com um grupo de outras sociedades que têm em comum terem partilhado, nas três últimas décadas, a democratização das suas sociedades e, ao mesmo tempo, posições de desenvolvimento informacional similares.

Todas essas sociedades surgem, em diferentes índices de digitalização (ITU, 2003) partilhando um mesmo grupo: os países de alto acesso digital. No caso concreto do índice DAI (ITU, 2003) este grupo de países é liderado pela Espanha e encerrado pelo Brasil, agrupando, entre outros, os que aqui escolhemos analisar, isto é, aqueles que, nos últimos 30 anos, foram protagonistas das vagas de democratização (Huntington, 1991; Altman, 2002) na Europa e América do Sul¹: Espanha, República Checa, Grécia, Portugal, Hungria, Polónia, República Eslovaca, Chile, Uruguai, Argentina e Brasil.

No entanto, porque é necessário comparar esse conjunto com um grupo de países mais informacionalizados escolhemos também aqui analisar de modo comparativo a Finlândia, os EUA, Singapura e também a Itália, neste contexto de transição, pois, embora fazendo parte do G7, este país configura um modelo proto-informacional (Castells, 2002) que se aproxima, em várias dimensões, mais de uma sociedade em transição do que de uma sociedade informacional plena.

Iremos analisar Portugal como exemplo paradigmático de transição em curso mas, ao mesmo tempo, procurar-se-à identificar as características que tornam sociedades tão diferentes entre si, como a espanhola, a grega, a da República Checa, Eslováquia, Hungria, Polónia, Argentina, Chile, Uruguai e Brasil em *sociedades em transição para a sociedade em rede*.

Sociedades em Transição na Rede Global

A análise dos diferentes modelos de sociedade informacional pode tomar como ponto de partida a individualização de quatro dimensões (*tecnologia, economia, bem-estar social e valores*) através das quais se pode compreender melhor a posição relativa de cada sociedade no panorama global das sociedades informacionais (Castells e Himanen, 2002). Pode considerar-se que *uma sociedade é informacional se possui uma sólida tecnologia de informação — infra-estrutura, produção e conhecimento* (Castells e Himanen, 2002).

A Finlândia, Estados Unidos e Singapura, são sociedades informacionais avançadas e, igualmente, economias dinâmicas porque são internacionalmente competitivas, têm empresas produtivas e são inovadoras. Mas porque «(...) a tecnologia e a economia não são mais do que uma parte da história» (Castells e Himanen, 2002: 31), pode-se dizer que uma sociedade é *aberta* se o é politicamente, isto é, ao nível da sua sociedade civil, e se está receptiva aos processos globais. O seu bem-estar social também pode ser avaliado em função da estrutura de rendimentos e da cobertura, oferecida aos seus cidadãos, em matéria de saúde e educação.

Portugal, quando olhado a partir de uma perspectiva de evolução de modelos de desenvolvimento, é um país que se encontra num processo de transição de uma sociedade industrial para uma sociedade informacional. No entanto, trata-se de uma sociedade industrial que como, por exemplo, a sociedade italiana e a espanhola, é em grande medida constituída por pequenas e médias empresas e que nunca se afirmou fortemente enquanto produtor industrial em larga escala (Castells, 2002). Portugal assumiu, na segunda metade do século XX, aquilo que se pode designar por proto-industrialismo e procura agora atingir um proto-informacionalismo (Castells, 2002). Enquanto exemplo de sociedade em transição, a análise de Portugal permite-nos perceber que se trata de um país que através das suas múltiplas redes de pertença (que vão da inserção na União Europeia à manutenção das boas relações, na óptica da defesa, com os EUA, ao estabelecer de redes de parceria com o Brasil, com as ex-colónias africanas e asiáticas e as regiões dotadas de autonomia na vizinha Espanha) procura adaptar-se às condições de mudança da economia global. E esse é um padrão comum a todas as sociedades em transição.

Hoje em dia não é difícil encontrar, em documentos produzidos nas instituições da União Europeia, ou no quadro da OCDE e mesmo da ONU, que a equação para o desenvolvimento económico e social dos países, cidades ou zonas na *Era da Informação* é a apropriação do uso das ferramentas tecnológicas e a sua integração nos circuitos

produtivos e de relacionamento pessoal necessitando, todo o país, cidade ou zona, de realizar a inserção efectiva das mesmas no tecido empresarial e ao nível do Estado (na gestão da república, na formação, na gestão do território e na sua defesa, etc.).

Na segunda metade da década de noventa o investimento em tecnologias de informação, enquanto fonte de formação do PIB, em países como os EUA, o Reino Unido e o Canadá equivaleu, em percentagem, ao contributo dado isoladamente pelo trabalho ou pelo investimento em capital não oriundo de tecnologias de informação (Jorgenson, 2005). A tendência de aproximação do contributo do investimento, em tecnologias de informação, ao contributo de outros investimentos em capital ou do trabalho, parece ser geral para os diferentes países mais desenvolvidos, embora ocorrendo em grau diferente em cada um. Igualmente há a registar a tendência de aumento, em todos os países, do valor acrescentado, introduzido pelas tecnologias de informação, na formação de valor acrescentado no sector dos serviços (OCDE, 2004).

Clarificando um pouco, importa salientar que, ao contrário do que muitas vezes se apregoa, o tecido produtivo da *era da informação* não é, simplesmente, o das empresas tecnológicas (as chamadas *.com* — «*dot com*») mas sim o das empresas que saibam incorporar as tecnologias de informação no seu processo produtivo, organizativo, de distribuição e de promoção.

Assim, a «nova economia» não são apenas as *amazon.com*, *e-bay* ou as empresas de telecomunicações, embora façam parte dessa mesma economia, mas também empresas que, como a INDITEX (Grupo espanhol detentor da ZARA, entre outras marcas de roupa), souberam usar a Internet para atingir os seus objectivos económicos (Castells, 2004b).

Aliás, as empresas de sectores tradicionais são em muito maior número que as puramente tecnológicas ou directamente vocacionadas para o *on-line*. E um tecido produtivo, terá hoje, como aliás tem vindo a acontecer ao longo dos séculos, um sector dinamizador e igualmente outros que aproveitam esse mesmo dinamismo para inovar.

Qualquer país ou zona geográfica, para triunfar neste jogo, de importações e exportações e desenvolvimento de competências, necessita também de ter quadros com capacidade de utilizar a tecnologia para inovar, seja no circuito económico ou no Estado. Quadros que realizem trabalhos repetitivos — ou não criativos — com aquelas tecnologias, uma infra-estrutura de telecomunicações, um tecido empresarial inovador, um Estado que saiba criar as condições de formação das pessoas, de reconversão dos seus modelos organizativos e de gestão e que estabeleça leis de regulação, enquadramento e incentivo.

Os dados presentes nos quadros seguintes comparam Portugal, e restantes países de transição, com três modelos de sociedades informacionais que são respectivamente o de *Silicon Valley*, de uma sociedade orientada pelo mercado e aberta, o modelo de um regime informacional autoritário, o modelo *Singapura*, e, por fim, o modelo *Finlandês* de uma sociedade-providência informacional.

Se a qualificação de uma sociedade como informacional se baseia numa sólida tecnologia de informação ao nível das infra-estruturas, produção e conhecimento, como se posicionam esses países nessas dimensões?

Quadro 2.1 Technological Achievement Índex (2001)

<i>País</i>	<i>Posição relativa no TAI</i>	<i>Grupo</i>
Espanha	19.º	Potencial Leaders
Itália	20.º	Potencial Leaders
República Checa	21.º	Potencial Leaders
Hungria	22.º	Potencial Leaders
Eslováquia	25.º	Potencial Leaders
Grécia	26.º	Potencial Leaders
Portugal	27.º	Potencial Leaders
Polónia	29.º	Potencial Leaders
Argentina	34.º	Potencial Leaders
Chile	37.º	Potencial Leaders
Uruguai	38.º	Dynamic Adopters
Brasil	43.º	Dynamic Adopters

Fonte: UNDP, 2001.

A maior parte dos países aqui considerados, no que se refere ao índice de desenvolvimento tecnológico, em 2001 encontravam-se (UNDP, 2001) no que podemos designar como segunda divisão de países — os denominados líderes potenciais sendo essa segunda divisão comandada pela Espanha (19.º lugar) e pela Itália (20.º lugar). O Brasil fechava a lista de países em transição para a sociedade em rede, aqui em análise.

No entanto, o Brasil merece uma especial atenção pois como refere o IMD (2004) se tomarmos em conta a dimensão competitividade, para o todo do Brasil, veremos que ocupa a 53.ª posição, mas se pensarmos apenas no Estado de São Paulo, onde em torno da Universidade de Campinas se centram pólos tecnológicos de elevado potencial e onde o contributo para o PIB, em 1998, rondava um terço do total do país, então a posição de São Paulo a nível global coloca-o na 47.ª posição. No entanto, essa não é apenas uma particularidade do Brasil pois, no que respeita às sociedades em transição, parece ocorrer uma diferenciação geográfica em termos da integração na economia global.

A inclusão selectiva a que Castells (2003) se refere, quando analisa o espaço de fluxos, é uma realidade perceptível no caso da relação estabelecida entre Catalunha e Espanha ou Lombardia e Itália (IMD, 2004) ou ainda no caso da zona de Buenos Aires e Argentina (Amadeo, 2005).

Os países mais populosos parecem aparentemente não ser capazes, ou preferirem optar por não fazer essa transição para sociedades informacionais e organizadas em rede dirigidas a todo o seu território e população, pelo menos nesta fase histórica.

A similitude entre os países atrás identificados encontra eco em outros índices internacionais como os da ITU (International Telecommunications Union) através do DAI (2003). Nomeadamente, porque o DAI (Digital Access Índex) estabelece categorias de identificação, como: infra-estrutura (para se referir às linhas telefónicas, subscrições de telefones móveis e Internet); custo (tarifas de acesso e uso de Internet face ao rendimento nacional); conhecimento (literacia e inclusão no sistema de ensino); qualidade (largura de banda internacional e subscritores de banda larga) e utilização de Internet.

Ao compararmos essas categorias, entre os países líderes (como a Finlândia, EUA e Singapura) e as sociedades aqui designadas de transição, apercebemo-nos que não são apenas os baixos níveis de utilização tecnológica destas últimas que marcam a dife-

Quadro 2.2 Comparações internacionais no domínio da tecnologia

Infra-estrutura

Máquinas ligadas à Internet (por 10 000 hab.)¹

Contratos de telemóvel (por 1000 hab.)²

Produção

Porcentagem de exportações de alta tecnologia sobre o total de exportações²

Comércio electrónico (servidores seguros por 100 000 habitantes)³

Taxa de crescimento de servidores seguros, 1998-2001 (%)

Relação entre *hosts* e servidores seguros (2001)

Conhecimento

Utilizadores de Internet (%) (2001)⁴

Rácio de participação da população estudantil — ensino superior em Ciências (%)³

Cientistas e engenheiros em I&D (por milhão de pessoas)²

Teste PISA literacia Matemática

Teste PISA literacia Ciências

Fonte:

¹ Valores para todos os países obtidos em World Indicators, ITU, <http://www.itu.int/itunews/issue/2002/04/table4.html>.

² Valores para todos os países obtidos no relatório UNDP Human Development Report 2004.

³ Valores obtidos por Netcraft em Dezembro de 2001: http://www.atkearney.com/shared_res/pdf/Secure_servers_2002_S.pdf.

Quadro 2.2 Comparações internacionais no domínio da tecnologia de informação

Eslováquia

Infra-estrutura

Máquinas ligadas à Internet (por 10 000 hab.)¹

134,29

Contratos de telemóvel (por 1000 hab.)²

544

Produção

Porcentagem de exportações de alta tecnologia sobre o total de exportações²

3

Comércio electrónico (servidores seguros por 100 000 habitantes)³

1,9

Taxa de crescimento de servidores seguros, 1998-2001 (%)

1040

Relação entre *hosts* e servidores seguros (2001)

697

Conhecimento

Utilizadores de Internet (%) (2001)⁴

—

Rácio de participação da população estudantil — ensino superior em Ciências (%)⁴

43

Cientistas e engenheiros em I&D (por milhão de pessoas)²

1774

Teste PISA literacia Matemática

498 (19)

Teste PISA literacia Ciências

495 (18)

Fonte:

¹ Valores para todos os países obtidos em World Indicators, ITU, <http://www.itu.int/itunews/issue/2002/04/table4.html>.

² Valores para todos os países obtidos no relatório UNDP Human Development Report 2003.

³ Valores obtidos por Netcraft em Dezembro de 2001: http://www.atkearney.com/shared_res/pdf/Secure_servers_2002_S.pdf.

<i>Finlândia</i>	<i>USA</i>	<i>Singapura</i>	<i>Portugal</i>	<i>Espanha</i>	<i>Itália</i>	<i>Rep. Checa</i>	<i>Economias Avançadas</i>
1707,25 (3)	3714,01 (1)	478,18	239,28	133,24	117,28	209,78	819,15
867	488	796	825	824	939	849	740
24	32	60	7	7	9	14	21
14,9	33,28 (1)	17,31	2,34	3,2	2,2	3,8	16,3
656	397	527	600	358	460	796	555
1144	1139	357	1054	423	527	541	692
75,95	71,1	40,8	37,79	35,45	53,21	46,51	53
37	13,9	24,2	31	31	28	34	25,0
7110	4099	4052	1754	1948	1128	1466	2778
544 (2)	483 (25)	—	466 (29)	485 (25)	466 (29)	516 (12)	504
548 (1)	491 (20)	—	468 (31)	487 (22)	486 (22)	523 (5)	510

³ Valor de hosts obtido a partir World Indicators, ITU <http://www.itu.int/itu/news/issue/2002/04/table4.html>.

⁴ Dados ESS 2003, WIP 2004 e <http://www.internetworldstats.com/stats2.htm>.²

Adaptado de Castells e Himanen, 2002, excepto dados de Portugal obtidos no relatório UNDP Human Development Report.

<i>Hungria</i>	<i>Grécia</i>	<i>Polónia</i>	<i>Chile</i>	<i>Argentina</i>	<i>Uruguai</i>	<i>Brasil</i>	<i>Economias Avançadas</i>
168,04	135,18	126,82	79,20	124,14	210,93	95,31	819,15
676	845	363	428	178	193	201	740
25	10	3	3	7	3	19	21
1,8	1,7	1,7	1,2	0,8	—	0,9	16,3
936	765	1830	678	1000	—	429	555
941	813	743	645	1604	—	1303	692
46,21	25,87	38,68	34,8	14,9	34,5	9,9	53
32	—	—	43	30	24	23	25,0
1440	1473	419	684	276	323	2778	
490 (22)	445 (32)	490 (22)	—	—	422 (34)	356 (38)	504
503 (14)	481 (25)	498 (17)	—	—	438 (33)	390 (38)	510

³ Valor de hosts obtido a partir World Indicators, ITU <http://www.itu.int/itu/news/issue/2002/04/table4.html>.

⁴ Adaptado de Castells e Himanen, 2002, excepto dados sobre Portugal (INE): http://alea-estp.ine.pt/html/actual/pdf/actualidades_42.pdf.²

Adaptado de Castells e Himanen, 2002, excepto dados de Portugal obtidos no relatório UNDP Human Development Report.

rença. De facto, nos últimos anos temos vindo a aperceber-nos de que as análises dos próprios intervenientes nos processos tecnológicos, como as operadoras de telecomunicações, começam a aceitar que a infra-estrutura de comunicação não é o único elemento explicativo para as diferenças entre países e que o rendimento e a educação têm também uma elevada importância (ITU, 2003). Só olhando a sociedade de uma forma integrada tendo em conta a infra-estrutura, a produção e o conhecimento (Castells e Himanen, 2002) se pode identificar os processos de transição em curso nas sociedades contemporâneas.

A análise de comparações internacionais no domínio da tecnologia mostra-nos uma realidade aparentemente convergente entre as diferentes sociedades aqui analisadas. Assim, todas elas apresentam valores de máquinas ligadas à Internet próximo de um quarto da média das economias avançadas, e também de cerca de um terço das exportações de alta tecnologia realizadas pelas economias avançadas (à excepção da Polónia, Uruguai e Argentina), apresentando, por último, valores de utilização da Internet de mais de dois terços da média das economias avançadas (à excepção da Argentina e Brasil).

No geral, os países aqui analisados apresentam sempre melhores resultados, e valores mais equilibrados, na dimensão de «conhecimento» tecnológico do que nas de «infra-estrutura» e «produção tecnológica». No entanto, a irregularidade de *performance* nessas duas últimas categorias parece ser, ela própria, um marco distintivo destas sociedades que nesse processo de transição não conseguiram ainda estabilizar bons resultados em todas as categorias.

Exemplos dessa irregularidade de resultados são os valores percentuais do Brasil (19) e Hungria (25) face à média de exportações de alta tecnologia do G7 (21) ou os contratos de telemóvel de Portugal, Espanha, Itália, Grécia e República Checa, todos eles acima da média dos G7, ou ainda taxas de crescimento de servidores seguros em Portugal, República Checa, Eslováquia, Hungria, Polónia, Grécia, Chile e Argentina com valores próximos, ou superiores, aos das três economias informacionais aqui analisadas (Finlândia, EUA e Singapura).

No entanto, há também que ter em conta algumas particularidades das sociedades em transição sem o que poderá ser difícil explicar algumas das suas *performances*. Tome-mos por exemplo a questão da penetração de servidores seguros. O facto de Portugal e Espanha possuírem taxas mais altas de ATM (multibanco) por milhão de habitantes (BCE, 2003), com respectivamente 1047 e 1230 máquinas para uma média da UE de 700, permitiu o desenvolvimento de sistemas alternativos ao uso de cartão de crédito e servidores seguros para compras através da Internet. Em Portugal o facto de existir um sistema de cartão de débito comum a todo o sistema bancário, o «Multibanco», permitiu que se efectuem encomendas *on-line* conjugadas com pagamento via rede ATM criando assim um canal electrónico alternativo e de maior segurança de transacções. Este é um exemplo, entre outros, que nos ajuda a perceber que, para além dos traços comuns e dos individuais, existem por vezes situações comuns a dois ou mais países permitindo identificar alguns subgrupos característicos, no quadro da transição aqui analisada.

Se, aparentemente existe algo que aproxima, entre si, as diferentes sociedades de dois continentes, aqui analisadas, são, como já foi referido, as dimensões de conhecimento tecnológico. Assim, os valores de número de estudantes do ensino terciário em Ciências é claramente superior ao da média dos G7 na quase totalidade dos países em análise (Uruguai e Brasil são a excepção), bem como os valores para cientistas e investigadores em R&D representam mais de metade dos valores dos países G7 (estando apenas os quatro países da América do Sul abaixo dessa média). No que respeita aos

resultados PISA de literacia das populações em Matemática e Ciências só o Uruguai e Brasil apresentam valores inferiores a 90% dos apresentados pelas economias avançadas.

É também no campo do conhecimento, neste caso já não apenas tecnológico, que a marca geracional (que parece atravessar quase todas estas sociedades) mais se manifesta. A questão educativa é fundamental para a análise da transição para a sociedade em rede de organização económica informacional porque, como iremos verificar, existe uma forte correlação entre as competências educativas e o número de utilizadores da tecnologia base da sociedade em rede: a Internet.

Os valores de utilização de Internet constituem um marco para caracterizar a transição para a sociedade em rede porque esses valores espelham tanto, a dimensão de uso, no quadro de socialização quanto no de potencial de mercado. Pois, sem número elevado de utilizadores também não há incentivo ao aumento do comércio electrónico (seja interempresarial ou com particulares).

Quadro 2.3 Utilização de Internet, por país, segundo o grau de educação mais elevado (%)

<i>Países</i>	<i>Not completed primary education*</i>	<i>Primary or first stage of basic*</i>	<i>Lower secondary or second stage of basic*</i>	<i>Upper secondary</i>	<i>Post secondary non-tertiary*</i>	<i>First stage of tertiary*</i>	<i>Second stage of tertiary*</i>
Portugal	21,10	18,86	37,24	48,87	—	48,61	50,00
Áustria	16,66	—	33,88	51,45	77,09	—	76,62
Bélgica	7,69	10,61	29,94	45,22	61,53	—	77,39
Suíça	35,29	—	39,78	52,88	73,91	82,89	90,47
Rep. Checa	30,00	—	14,28	23,74	47,61	62,50	60,00
Alemanha	—	—	—	—	—	—	—
Dinamarca	—	20,00	46,07	61,08	73,46	84,50	100,00
Espanha	0,91	1,69	16,63	31,68	44,64	61,79	68,42
Finlândia	25	15,18	55,55	63,94	—	79,20	100,00
França	6,08	8,93	25,10	24,16	49,57	67,06	77,04
Reino Unido	—	—	26,34	66,60	57,21	74,71	91,83
Grécia	0,90	0,431	6,04	14,12	31,81	47,00	60,00
Hungria	1,51	16,58	6,63	23,49	—	40,00	58,69
Irlanda	—	9,09	28,94	46,47	65,38	77,77	75,00
Israel	—	5,40	24,59	30,61	37,25	64,07	67,44
Itália	—	0,88	21,83	50,35	55,40	59,27	85,96
Luxemburgo	—	20,00	50,00	61,53	—	100,00	100,00
Holanda	—	21,875	38,57	66,02	71,79	79,40	80,00
Noruega	—	—	25,49	60,75	77,77	80,51	90,00
Polónia	—	3,70	5,63	12,40	18,79	42,95	43,64
Suécia	88,88	37,43	57,44	83,33	—	83,01	89,74
Eslovénia	—	—	19,51	15,00	53,84	55,55	85,71

Fonte: European Social Survey 2002/2003.

* Nota: dadas as diferentes denominações dos graus de ensino no contexto europeu optou-se por utilizar as denominações originais da ESS.

Como se pode inferir da análise do quadro anterior, a relação entre acesso e utilização está dependente de uma condicionante fundamental, o grau de educação. A idade

desempenha também um factor de mobilização pois facilita o uso, por via das pertenças de grupo e práticas partilhadas entre as populações em frequência escolar (Quadro 2.4). No entanto, diferentes estudos demonstram que a relação directa mais forte se estabelece entre o nível de escolaridade e a utilização efectiva da Internet.

No que respeita à análise comparativa entre países demonstra-se que nas sociedades informacionais a utilização de Internet por quem concluiu o ensino secundário corresponde a 60% a 90% dos utilizadores do ensino superior, enquanto que nas sociedades em transição esses valores são inferiores a 50%. A excepção registada é Portugal, com valores na ordem dos 90%, pois o número de cidadãos portugueses que concluíram o secundário é relativamente baixo e aproxima-se percentualmente dos que concluíram o ensino superior.

Embora a análise, até aqui, se tenha referido apenas quase a países europeus, uma análise mais alargada geograficamente, como a proposta pelo World Internet Project (2005), verifica as mesmas relações entre uso de Internet e educação.

Quadro 2.4 Taxa de utilização da Internet na população com ensino secundário e superior (%)

	<i>Secundário</i>	<i>Universitário</i>
Reino Unido	64,4	88,1
Portugal	64,8	75,1
Alemanha	66,0	62,6
Hungria	14,6	45,5
Itália	53,5	77,3
Japão	45,7	70,1
Coreia	44,9	77,7
Macau	49,5	76,7
Singapura	66,3	92,2
Espanha	47,6	80,5
Suécia	76,4	83,8
Taiwan	18,2	54,9
EUA	61,0	87,1

Fonte: CIES, Inquérito *Sociedade em Rede em Portugal*, 2003 para Portugal, todos os restantes países WIP (World Internet Project).

Na caracterização de sociedades em transição, aparentemente, as similitudes cruzam-se com as excepções e a questão do acesso à Internet oferece um novo exemplo para a afirmação das singularidades.

Embora seja possível estabelecer similitudes entre as taxas de acesso de alguns dos países aqui analisados (Portugal, Polónia, Espanha) também, imediatamente, encontramos diferenças quanto ao uso efectivo desse acesso. Pois, se estabelecermos um rácio entre acesso e uso verificamos que Portugal é dos países que mais uso faz da disponibilidade existente, ficando assim a par de países-líder como a Noruega, Holanda e Finlândia e à frente de outras sociedades em transição, como a checa, com altos índices de acesso mas utilização efectiva, pelas suas populações, muito baixa.

O que esse rácio de aproveitamento da disponibilidade de acesso existente mede é o uso efectivo da tecnologia, demonstrando que terão de existir também outros factores, endógenos a cada sociedade, que possam explicar o porquê das diferenças na utilização de uma tecnologia mesmo quando o acesso é à partida elevado.

A análise dos valores obtidos para Portugal e restantes países europeus demonstra que, em certas condições, mesmo quando o grau de acesso aumenta tal não terá de reflectir-se directamente num aumento do uso pois ocorrem dinâmicas, próprias a cada país, que podem explicar os diferentes ritmos de socialização dessa tecnologia.

Quadro 2.5 Rácio de aproveitamento do uso do acesso à Internet

<i>Países</i>	<i>Possui acesso à Internet em casa ou trabalho* %</i>	<i>Utiliza a Internet** %</i>	<i>Rácio de aproveitamento da disponibilidade de acesso existente</i>
Portugal	37,79	29,72	0,79 (4)
Áustria	67,22	54,37	0,81 (3)
Bélgica	67,14	43,70	0,65
Suíça	72,89	57,85 (3)	0,79 (4)
República Checa	46,51	27,56	0,59
Alemanha	—	—	—
Dinamarca	76,61 (3)	62,39 (2)	0,81 (3)
Espanha	35,45	22,20	0,63
Finlândia	75,95 (4)	56,19	0,74
França	50,00	37,28	0,75
Reino Unido	57,55	45,21	0,79 (4)
Grécia	25,87	13,40	0,52
Hungria	46,21	19,63	0,42
Írlanda	66,12	40,39	0,61
Israel	54,25	39,22	0,72
Itália	53,21	30,51	0,57
Luxemburgo	68,57	51,43	0,75
Holanda	73,05	55,88	0,76
Noruega	75,29 (5)	62,07 (4)	0,82 (2)
Polónia	38,68	23,88	0,62
Suécia	77,96 (2)	66,94 (1)	0,86 (1)
Eslovénia	78,92 (1)	36,14	0,46

Fonte: European Social Survey 2002/2003.

* Nota: os valores referem-se à soma agregada de todos os que responderam ter acesso independentemente do grau de utilização.

** Nota: os valores referem-se à soma agregada daqueles que efectivamente fazem um uso pessoal da Internet (sendo um pessoal definido como um uso privado ou recreativo que não tem a ver com a ocupação profissional de cada um).

Se a relação entre uso de Internet e educação parece ser transversal a todos os países há também uma característica na dimensão educativa que parece ser comum a quase todos os países aqui analisados: todos, à excepção da República Checa, apresentam fortes clivagens geracionais na conclusão do ensino secundário e terciário podendo o conjunto de países em análise ser agrupado em três grupos distintos. O primeiro enquadra a maior parte dos países, ou seja, todos aqueles que, entre gerações, apresentam taxas de crescimento, da conclusão dos níveis de ensino, com variações entre os 300% e os 50%. Este primeiro grupo é também heterogéneo, pois se países como a Grécia e Hungria apresentam, nas gerações mais novas, valores que os posicionam acima dos 70% de conclusão do secundário já Portugal, Brasil e Uruguai

estão abaixo dos 40%. Ainda dentro do mesmo grupo e numa posição intermédia encontram-se a Espanha, Polónia, Argentina e Chile todos com valores próximos dos 60% da população com o secundário concluído, nas gerações mais novas. Este primeiro grupo é também caracterizado (com excepção da Grécia) por valores claramente abaixo da média de conclusão do ensino superior dos G7.

Quadro 2.6 Percentagem de indivíduos por grupo etário que completaram o secundário e terciário, por países seleccionados

	<i>Secundário > 55 idade</i>	<i>Secundário 25-34</i>	<i>Taxa cresc.</i>	<i>Terciário > 55</i>	<i>Terciário 25-34</i>	<i>Taxa cresc.</i>
Finlândia	52	88	69,23%	23,4	39	66,67%
EUA	84	87	3,57%	33,2	39	17,47%
Portugal	8	35	337,50%	4,6	15	226,09%
Espanha	18	58	222,22%	10,5	37	252,38%
Itália	24	60	150,00%	6,7	12	79,10%
República Checa	80	88	10,00%	10,6	12	13,21%
Eslováquia	68	93	36,76%	8,6	12	39,53%
Hungria	48	82	70,83%	12,6	15	19,05%
Grécia	28	72	157,14%	10,2	24	135,29%
Polónia	37	53	43,24%	10,5	16	52,38%
Chile	28	61	117,86%	6	12	100,00%
Argentina	28	52	85,71%	9	15	66,67%
Uruguai	23	38	65,22%	7	9	28,57%
Brasil	15	32	113,33%	6	14	133,33%
Economias avançadas	60	80	—	18	27	—

Fonte: Valores Educação Secundário Education Outlook OECD 2004. Valores Educação Terciário Education Outlook OECD 2003.

Um segundo grupo de países, constituído pela República Checa e Eslováquia, parece posicionar-se claramente melhor, oferecendo uma diminuta clivagem geracional em termos do ensino visto que mesmo nas gerações mais velhas a conclusão do secundário rondava já valores próximos, ou acima, dos 70%.

Por último, temos um terceiro grupo constituído pela Itália, um país que se caracteriza por elevadas taxas de crescimento na conclusão do secundário, nas gerações mais novas, e por valores muito próximos dos da Finlândia no que se refere à aposta no terciário pelas gerações mais novas. A Itália apresenta-se, assim, de novo como uma sociedade dual: informacional e em transição, em simultâneo.

A análise geracional em torno da educação é também passível de ser observada quando olhamos a relação entre idade e utilização de Internet.

Uma outra característica comum às sociedades em transição, neste caso cingindo a nossa análise às sociedades europeias, é o facto de existir uma forte diferença entre os usos dos mais velhos e dos mais novos.

Em todas as sociedades em transição para as quais existem dados comparativos (Portugal, Espanha, República Checa, Grécia, Hungria e Polónia) verifica-se que os cidadãos mais velhos que fazem uso da Internet correspondem apenas a 10% dos utilizadores mais jovens. Já no caso de sociedades informacionais europeias, esses valores situam-se, quase sempre, algo acima dos 20%.

Quadro 2.7 Utilização da Internet por intervalo de idades, por países (%)

<i>Países</i>	<i>15-24</i>	<i>25-34</i>	<i>35-54</i>	<i>+ de 55</i>
Áustria	81,81	75,28	65,73	21,02
Bélgica	75,60	63,35	48,18	12,69
Suíça	88,00	76,82	71,48	29,14
República Checa	73,07	39,82	38,46	10,31
Dinamarca	91,66	81,33	72,95	33,33
Espanha	50,15	35,98	28,81	3,78
Finlândia	91,93	82,53	63,94	22,29
França	62,67	53,90	45,00	13,28
Reino Unido	73,34	62,05	59,49	20,01
Grécia	32,60	25,71	15,73	1,95
Hungria	63,55	27,55	15,24	4,15
Irlanda	62,79	56,60	46,78	16,34
Israel	55,68	52,631	37,93	18,69
Itália	48,87	52,83	33,28	8,67
Luxemburgo	85,71	80,00	54,54	18,18
Holanda	87,09	76,26	67,30	29,97
Noruega	85,71	80,00	74,28	30,70
Polónia	53,32	34,25	18,81	3,43
Suécia	66,30	65,45	50,97	21,21
Eslovénia	67,85	53,57	38,33	7,54
Média	68,91	57,56	46,56	16,61

Fonte: European Social Survey 2002/2003.

Quadro 2.8 Comparação internacional da taxa de utilização da Internet por escalões etários (%)

	<i>Reino Unido</i>	<i>Portugal</i>	<i>Alemanha</i>	<i>Hungria</i>	<i>Itália</i>	<i>Japão</i>	<i>Coreia</i>	<i>Espanha</i>	<i>EUA</i>
16 a 24 anos	80,1	58,8	59,6	45,1	66,4	80,6	95,1	70,2	90,8
35 a 44 anos	72,8	30,4	55,6	13,7	37,4	63,0	49,5	31,7	74,5
55 a 64 anos	38,7	5,4	31,6	4,3	9,0	22,2	11,5	11,7	67,3

Fonte: CIES, Inquérito *Sociedade em Rede em Portugal*, 2003 para Portugal, todos os restantes países WIP (World Internet Project).

Também a dimensão etária extravasa a mera comparação europeia, pois como se pode observar tanto sociedades europeias como americanas e asiáticas oferecem a possibilidade de análises comparativas intergeracionais. A Itália apresenta-se como o país que se situa num patamar intermédio entre sociedades informacionais como a alemã, as do Reino Unido, Japão e EUA e outras em transição como Portugal, Espanha e Hungria.

A explicação destas diferenças entre gerações no uso da Internet parece, para as sociedades em transição, assentar maioritariamente na diferença de posse de literacias-base enquanto que no caso das sociedades mais desenvolvidas informacionalmente as diferenças estarão provavelmente mais ligadas à disponibilidade de conteúdos se adaptarem aos interesses de todas as gerações e por outro lado da dimensão das redes de sociabilidades que essa tecnologia poderá oferecer aos cidadãos mais séniores.

Todos os factores até aqui analisados nas dimensões da infra-estrutura, produção e conhecimento e também os referentes às competências adquiridas, estrutura de emprego e predominância de áreas de baixa e média tecnologia, na economia, têm visibilidade também ao nível da produtividade comparada das economias e do seu PIB *per capita*.

Num índice 0-100 de competitividade, em que a média das economias avançadas é de 74 pontos, as sociedades em transição aqui analisadas ocupam posições muito diferenciadas. O Chile (26), Espanha (31), Portugal (39) e Eslováquia (40) ocupam posições entre os primeiros quarenta países ou regiões, enquanto que os restantes ocupam posições entre o 42.º (Hungria) e o 59.º (Argentina).

Se o PIB *per capita* português representa 67% da média das economias mais avançadas, encontrando-se entre os trinta primeiros países numa comparação internacional (junto com a Espanha, Itália e Grécia), já os restantes países (com excepção da República Checa, Eslováquia e Hungria) apresentam valores inferiores a 30% do PIB *per capita* das economias do G7.

Quadro 2.9 Comparações internacionais de indicadores de desenvolvimento informacional

	<i>Competitividade</i> (índice 0-100) ¹	<i>PIB per capita</i> (\$ EUA) ²	<i>Crescimento da capitalização bolsista</i> 1996-2000 (%) ³	<i>Investimento em I&D em % do PIB</i> (2001) ⁴	<i>Investimento em conhecimento em % do PIB</i> (2000) ⁵	<i>Receitas derivadas da propriedade intelectual e licenças</i> (\$ EE.UU. por 1000 hab.) ⁴
Finlândia	83 (8)	26,190	894,00	3,4 (2)	6,2	107,5 (5)
USA	100 (1)	35,750	429,00	2,8	6,8	151,7 (4)
Singapura	89 (2)	24,040	s.d.	2,1	—	—
Chile	69 (26)	9,820	70,70	0,5	—	0,4
Espanha	67 (31)	21,460	70,40	1,0	2,5	9,0
Portugal	58 (39)	18,280	35,10	0,8	2,2	3,1
Eslováquia	57 (40)	12,840	7,90	0,6	2,4	—
Hungria	57 (42)	13,400	20,20	0,9	3,1	35,3
Rep. Checa	56 (43)	15,780	21,60	1,3	3,7	4,4
Grécia	56 (44)	18,720	51,70	0,7	1,6	1,1
Itália	50 (51)	20,528	40,20	1,1	2,3	9,4
Brasil	48 (53)	7,770	26,90	1,1	—	0,6
Polónia	41 (57)	10,560	15,00	0,7	1,9	0,7
Argentina	36 (59)	10,880	100,90	0,4	—	0,5
Uruguai	—	7,830	0,80	0,2	—	0,2
Economias avançadas	74	27,009	71,44	2,0	4,7	26,0

Fonte:

¹ Valores obtidos directamente da fonte citada na obra de Castells e Himanen (2002), isto é, o IMD (2004).

² Valores para todos os países obtidos no relatório UNDP Human Development Report 2004.

³ Adaptado de Castells e Himanen 2002, excepto dados de Portugal obtidos na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em http://www.cmvm.pt/consulta_de_dados_e_registos/indicadores/indicadores.asp, os valores para Portugal referem-se a 1997-2000 (Acções — BVL 30).

⁴ Adaptado de Castells e Himanen (2002) para Finlândia, EUA e Singapura restantes dados obtidos no relatório World Development Indicators World Bank 2002 (capitalização 1990-2000).

⁵ Investimento em conhecimento é definido como sendo a soma de gastos em I&D, Ensino Superior e *Software* (OECD Factbook 2005).

* Nota: posição relativa.

A comparação entre sociedades em transição, no que diz respeito a indicadores de desenvolvimento informacional, apresenta mais disparidades do que traços comuns, no entanto, é possível, para o investimento em R&D e em conhecimento, apresentar dois estádios diferentes de transição.

Assim, Itália, Brasil³, Espanha, Portugal, República Checa, Hungria e Eslováquia representam um estádio em que os países investem em R&D e em conhecimento (decomposto em *software*, R&D e Ensino Superior) cerca de 50% dos valores das economias avançadas. Um segundo grupo de países encabeçado pela Grécia, Polónia, Chile, Argentina e Uruguai já apresenta valores inferiores a 0,7% do PIB.

Quadro 2.10 Posicionamento das economias informacionais em análise

	<i>Conectividade</i>	<i>Ambiente de negócios</i>	<i>Adopção de consumidores e negócios</i>	<i>Dimensão política e legal</i>	<i>Ambiente social e cultural</i>	<i>Suporte e serviços</i>	<i>Total</i>
Pesos	0,25	0,20	0,20	0,15	0,15	0,05	—
Finlândia	6,06	8,51	8,45	9,05	9,00	9,25	8,08 (5)
EUA	6,25	8,50	8,22	8,45	9,30	9,40	8,04 (6)
Singapura	6,70	8,44	8,14	8,31	9,00	8,75	8,02 (7)
Espanha	5,18	7,96	7,49	8,58	7,50	8,00	7,20 (21)
Itália	5,40	7,29	6,80	8,49	8,00	8,25	7,05 (23)
Portugal	4,98	7,49	7,65	8,52	7,25	7,50	7,01 (24)
Grécia	4,49	6,77	6,91	8,19	6,75	7,50	6,47 (27)
Rep. Checa	4,74	7,37	6,81	6,73	7,25	7,00	6,47 (27)
Chile	3,82	8,00	6,26	7,69	6,88	7,13	6,35 (29)
Hungria	4,08	7,18	6,49	6,87	7,25	7,00	6,22 (30)
Brasil	3,21	6,36	6,95	6,05	5,88	6,13	5,56 (35)
Polónia	3,01	7,10	5,32	5,88	6,50	6,25	5,41 (36)
Argentina	3,32	5,91	5,95	5,54	6,88	6,38	5,38 (37)

Fonte: relatório *e-readiness* de 2004 realizado pela revista *The Economist*.

Nota: Os países que lideram essa listagem são a Dinamarca, Reino Unido, Noruega e Suécia.⁴

Ainda no quadro de comparação internacional de desenvolvimento podemos analisar as economias em transição com base em dois outros níveis de classificação: a preparação das economias para um modelo de desenvolvimento informacional e o seu índice de crescimento e competitividade.

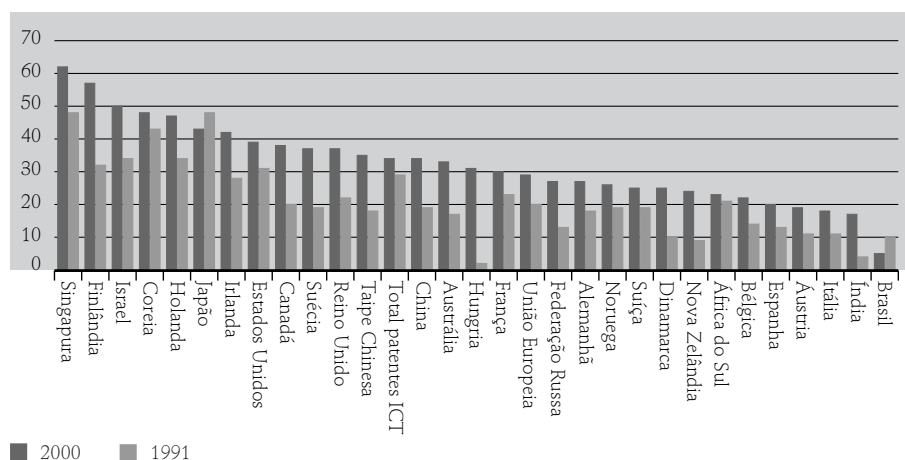
Em termos de incorporação tecnológica na sociedade e economia, o relatório *e-readiness* de 2004 realizado pela revista *The Economist* apresenta um índice que mede a preparação e apetência das economias para um modelo de desenvolvimento informacional baseando o *ranking* em seis dimensões: conectividade e tecnologias de informação, o ambiente de negócios, a adopção por negócios e consumidores, ambiente jurídico e legislativo, social e cultural e o suporte em serviços electrónicos.

Por exemplo, Portugal possui bons resultados na dimensão de «ambiente de negócios», na «adopção por negócios e consumidores», e no «ambiente jurídico e legislativo» pelo que se pode concluir que, ao nível da infra-estrutura de negócios e da actuação do Estado, as condições existem para se desenvolver a economia nacional dentro desse quadro informacional.

No entanto, o modelo informacional não vive apenas dessas condições. Ele necessita de condições tecnológicas de infra-estrutura, apoio de serviços especializados, utilizadores em número suficiente e também uma força de trabalho qualificada tecnicamente.

Os países e regiões que lideram a primeira metade da tabela *e-readiness*, nomeadamente a Escandinávia, Reino Unido, EUA e Holanda, apresentam valores elevados em todos os campos de análise. Já as sociedades em transição apresentam essencialmente más *performances* no que respeita às utilizações da rede básica de telefones, da rede móvel, da Internet e do grau de uso de computadores a par do custo, qualidade e confiança que os serviços oferecem⁶. Dados que são corroborados por outras fontes como por exemplo a OCDE (Figura 2.1) ou pelo World Economic Forum cuja classificação se analisa de seguida.

Figura 2.1 Negócios utilizando a Internet e negócios recebendo encomendas através da Internet, percentagem de negócios com mais de 10 empregados, 2002 e 2003 ou último ano disponível



Fonte: OCDE, Base de dados de patentes, Setembro de 2004.

Ainda no quadro das comparações em torno da competitividade, o Global Competitiveness Report (2004) produzido pelo World Economic Forum baseia-se no cálculo das posições de *ranking* efectuado com base em três índices: tecnológico, de instituições públicas e ambiente macroeconómico⁷. O que o índice ICC traduz é o equilíbrio que se regista entre desenvolvimento e adopção tecnológica a par da confiança nas instituições públicas e ambiente macroeconómico.

Portugal, numa tabela liderada pela Finlândia e EUA, ocupa o 24.º lugar, em 2004, tendo ganho uma posição face a 2003. Aliás, Portugal é acompanhado nessa liderança das sociedades em transição por dois outros países em subida: Espanha e Chile.

O segundo grupo de países aqui analisado, constituído pela Grécia, Hungria, República Checa, Eslováquia e Itália apesar de apresentar valores elevados a nível tecnológico possui valores mais baixos a nível das instituições públicas. O terceiro grupo que agrupa Uruguai, Brasil, Polónia e Argentina é essencialmente penalizado pelas dimensões negativas referentes ao índice macroeconómico.

Quadro 2.11 Índice de crescimento e competitividade (ICC)

	Ranking ICC (2004)	Ranking ICC (2003)	Valor ICC 2004	Índice tecnológico	Índice das instituições públicas	Índice de ambiente macro- económico
Finlândia	2	2	5,82	6,24 (1)	6,48 (3)	5,04 (15)
USA	1	1	5,95	5,92 (3)	5,74 (21)	5,47 (3)
Singapura	7	6	5,56	5,11 (11)	6,21 (11)	5,79 (1)
Chile	22	28	5,01	4,55 (32)	5,77 (20)	4,71 (27)
Espanha	23	23	5,00	4,86 (20)	5,16 (34)	4,99 (16)
Portugal	24	25	4,96	4,78 (23)	5,69 (23)	4,42 (34)
Grécia	37	35	4,56	4,42 (38)	4,74 (44)	4,52 (31)
Hungria	39	33	4,56	4,66 (29)	5,07 (37)	3,95 (55)
Rep. Checa	40	39	4,55	4,88 (19)	4,56 (51)	4,22 (41)
Eslováquia	43	43	4,43	4,67 (28)	4,64 (49)	3,98 (54)
Itália	47	41	4,27	4,08 (50)	4,64 (48)	4,27 (38)
Uruguai	54	50	4,08	3,92 (56)	5,23 (32)	3,10 (90)
Brasil	57	54	4,05	4,24 (42)	4,62 (50)	3,28 (80)
Polónia	60	45	3,98	4,19 (45)	3,70 (80)	4,05 (51)
Argentina	74	78	3,54	3,87 (57)	3,77 (79)	2,96 (94)

Fonte: The Global Competitiveness Report 2004, World Economic Forum.

Sociedades em Transição, Valores e Bem-Estar Social

As sociedades informacionais não são apenas caracterizadas pela apropriação da tecnologia mas também pela sua abertura interna e bem-estar social.

Em nenhum dos países em transição aqui analisados vigora um regime autoritário e os valores predominantes nessas sociedades são, hoje, os de sociedade aberta. A abertura de uma sociedade pode ser medida através de várias dimensões, como por exemplo a da posição relativa que a população reclusa tem, face à totalidade da população.

Como se pode verificar pelo quadro seguinte (Quadro 2.12), se o modelo *Finlandês* se caracteriza por um rácio dez vezes mais baixo que o dos EUA, Portugal tem valores duas vezes superiores à Finlândia, muito próximos da média das sociedades dos G7. No entanto, se tivermos que avaliar a totalidade dos países em transição ao nível do seu número de reclusos verificamos, apenas com a excepção da Itália e Grécia, que todos os restantes possuem uma população reclusa superior às médias das economias avançadas.

Ao nível da igualdade entre homens e mulheres a maioria das sociedades em transição encontra-se abaixo da média das economias avançadas (661) representando sociedades ainda muito desiguais na relação de género. Apenas Espanha e Argentina possuem valores de maior igualdade aproximando-se do modelo mais igualitário de relações de género: o *Finlandês* (820).

Noutra dimensão, podemos igualmente comparar o bem-estar das populações das sociedades em transição com o dos três modelos de sociedade informacional em análise (*Finlandês*, *Singapura* e *Silicon Valley*) olhando agora as suas estruturas de rendimentos.

Assim, no que diz respeito ao rácio dos 20% mais ricos em relação aos 20% mais pobres o modelo *Finlandês* de providência informacional é o que apresenta uma maior igualdade de rendimentos (3,8). No campo oposto, o modelo informacional liderado pelo mercado (*Silicon Valley*) ou o autoritário (*Singapura*) apresentam distribuições de rendimentos muito mais desequilibradas, ocupando respectivamente o terceiro e o segundo lugar no *ranking* das economias avançadas, com a pior relação entre os rendimentos dos mais ricos e dos mais pobres (8,4 e 9,7).

Quadro 2.12 Comparações internacionais de indicadores de cidadania

	<i>Liberdade dos meios de comunicação (índice 0-100; 0 = livre)¹</i>	<i>Igualdade de género (0-1000, 0 = desigual)²</i>	<i>Pertença a pelo menos uma associação (%)³</i>	<i>Confiança Social (%)⁷</i>	<i>População reclusa (por cada 100 000 hab.)⁴</i>	<i>Estrangeiros ou nascidos no estrangeiro (% de população)⁵</i>	<i>Meio ambiente: emissão de CO₂ (toneladas métricas per capita)²</i>
Finlândia	9 (livre)	820 (4)	80	56	71 (-157)	2,6	10,3
USA	13 (livre)	769 (14)	90	35,5	714 (-1)	12,4	19,8 (-2)
Singapura	64 (não livre)	648 (20)	—	—	392	33,6	14,7
Portugal	14 (livre)	644 (23)	29	12	128	2,3	5,9
Espanha	19 (livre)	716 (15)	29	35	140	3,2	5,3
Itália	33 (parcialmente livre)	583 (32)	40	31,5	98	2,8	6,6
Rep. Checa	23 (livre)	586 (30)	60,5	24	184	2,3	11,6
Eslováquia	21 (livre)	607 (26)	65	15,5	165	0,6	6,6
Economias avançadas	17 (livre)	661	53	31	126	8,8	10,4

Fonte:

¹ Adaptado de Castells e Himanen (2002), todos os dados de Press Freedom Survey 2004: <http://www.freedomhouse.org/>.

² Adaptado de Castells e Himanen (2002), excepto dados de Portugal obtidos undp Human Development Report 2001.

³ Adaptado de Castells e Himanen (2002) e Norris, Pippa «Gender and Social Capital» 1999-2001 World Values Survey.

⁴ Para todos os países Center Kings Colledge: http://www.kcl.ac.uk/depsta/rel/icps/worldbrief/highest_to_lowest_rates.php.

⁵ Adaptado de Castells e Himanen 2002, http://www.un.org/esa/population/publications/ittmig2002/web_migration_wallchart.xls.²

Nota: (*) posição relativa. Baseado em Norris, Pippa «Gender and Social Capital» 1999-2001 World Values Survey (% da população que responde confiar em geral nos outros).

Quadro 2.12 Comparações internacionais de indicadores de cidadania

	<i>Liberdade dos meios de comunicação (índice 0-100; 0 = livre)¹</i>	<i>Igualdade de género (0-1000, 0 = desigual)²</i>	<i>Pertença a associações³</i>	<i>Confiança Social (%)</i>	<i>População reclusa (por cada 100 000 hab.)⁴</i>	<i>Estrangeiros ou nascidos no estrangeiro (% de população)⁵</i>	<i>Meio ambiente: emissão de CO₂ (toneladas métricas per capita)²</i>
Hungria	20 (livre)	529 (39)	29	22	165	3	5,4
Grécia	28 (livre)	523 (43)	57	21	82	5	8,5
Polónia	19 (livre)	606 (27)	25	18	209	5,4	7,8
Chile	23 (livre)	460 (58)	50	22,5	204	1	3,9
Argentina	35 (parcialmente livre)	645 (21)	42,5	15,5	148	3,8	3,9
Uruguai	26 (livre)	511 (46)	—	—	209	2,7	1,6
Brasil	36 (parcialmente livre)	—	—	—	183	0,3	1,8
Economias avançadas	94	83	53	32	126	8,8	10,6

Fonte:

¹ Adaptado de Castells e Himanen (2002), todos os dados de Press Freedom Survey 2003: <http://www.freedomhouse.org/>.

² Adaptado de Castells e Himanen (2002), excepto dados de Portugal obtidos undp Human Development Report 2001.

³ Adaptado de Castells e Himanen (2002), excepto dados de Portugal obtidos em Cardoso, *et al.*, 2004, A Sociedade em Rede em Portugal, CIES.

⁴ Para todos os países Center Kings Colledge: http://www.kcl.ac.uk/depsta/rel/icps/worldbrief/highest_to_lowest_rates.php.

⁵ Adaptado de Castells e Himanen 2002, excepto dados de Portugal obtidos no relatório sobre a população do Instituto Nacional de Estatística.

Nota: (*) posição relativa.

Quadro 2.13 Comparações internacionais de indicadores de bem-estar social

	Taxa combinada de estudantes de primeiro e segundo e terceiro ciclo ¹	Literacia funcional (%) ²	Esperança de vida à nascença (anos) ¹	Cobertura de cuidados de saúde (%) ³	Número de horas de trabalho anuais por pessoa ⁷	Rácio dos 20% mais ricos em relação aos 20% mais pobres ⁴	Porcentagem de população inferior à linha de pobreza ⁵	Coefficiente Gini ⁶
Finlândia	106 (1)	89,6 (2)	77,9	100	1713	3,8 (3)	3,8 (4)	26,90
USA	92	79,3	77,0	82	1792	8,4	14,1	40,80
Singapura	87	92,5	78,0	—	—	9,7	—	42,50
Portugal	93	52,0	76,1	100	1676	8,0	21,0	38,50
Espanha	92	—	79,2	100	1800	5,4	—	32,50
Itália	82	—	78,7	100	1591	6,5	—	36,00
Rep. Checa	78	84,3	75,3	—	1972	3,5	—	25,40
Eslováquia	74	—	73,6	—	1814	4,0	—	25,80
Hungria	86	66,8	71,7	—	—	4,9	14,5	24,40
Grécia	86	—	78,2	—	1938	6,2	—	35,40
Polónia	90	57,4	73,8	—	1956	5,8	23,8	31,60
Chile	79	95,9	76,0	—	—	18,7	19,9	57,10
Argentina	94	96,9	74,1	—	—	18,1	28,4	52,20
Uruguai	85	97,6	75,2	—	—	10,4	—	44,60
Brasil	92	87,3	68,0	—	—	31,5	23,9	59,10
Economias avançadas	94	83,0	78,0	s.d.	1636	5,8	10,6	28,57

Fonte:

¹ Adaptado de Castells e Himanen (2002), excepto dados de Portugal obtidos UNDP Human Development Report 2001.

² Adaptado de Castells e Himanen (2002), excepto dados de Portugal obtidos UNDP Human Development Report 2003. Calculado a partir do indicador «Lacking functional literacy skills» em :http://hdr.undp.org/reports/global/2003/pdf/hdr03_hdi.pdf.

³ Adaptado de Castells e Himanen (2002) excepto dados para Portugal. Dada a existência de um Serviço Nacional

de Saúde com universalidade, pressupõe-se a cobertura da totalidade da população portuguesa.

⁴ Adaptado de Castells e Himanen 2002 excepto dados de Portugal <http://www.worldbank.org/poverty/wdrpoverty/>.

⁵ Adaptado de Castells e Himanen 2002. Para Portugal, valor obtido em Capucha (2004), Desafios da Pobreza, Lisboa, ISCTE, p. 131 (Tese de Doutoramento). Medida de pobreza relativa, referida a um limiar de 60% da mediana do rendimento disponível nos agregados domésticos.

⁶ Dados para todos os países baseados em UNDP 2004.

A totalidade das sociedades em transição da América do Sul (Brasil, Chile, Argentina, Uruguai) apresenta valores de desigualdade extremamente elevados, por vezes o triplo dos EUA (Brasil) ou o dobro (Chile e Argentina).

No caso das sociedades europeias ocorre uma divisão em dois grandes grupos. O primeiro, constituído por Portugal, Itália, Grécia e Polónia, com valores de desigualdade mais próximos do modelo informacional dos EUA, e um segundo grupo onde a República Checa, Eslováquia, Hungria e Espanha se encontram numa situação mais próxima do modelo informacional *finlandês*.

Salientando de novo algumas particularidades de cada sociedade em análise, quando nos referimos ao nível da educação valerá igualmente a pena acentuar que a abertura de uma sociedade informacional não depende apenas da taxa combinada de estudantes dos três ciclos pois, sem introduzir a dimensão do abandono escolar (que essa taxa não leva em consideração) estaríamos perante uma situação que colocaria Portugal e

outras sociedades em transição, ao nível dos EUA e da Finlândia, países com graus de abandono muito mais reduzidos⁸.

No campo da educação, comparar países no que respeita à alfabetização funcional, ou seja, a capacidade de aplicar os conhecimentos adquiridos ao nível escolar na sociedade onde se insere, permite verificar que ocorrem também fortes disparidades, mesmo no quadro Europeu. Assim, Portugal apresenta, em conjunto com a Polónia, os resultados mais negativos face aos restantes países europeus em análise, com uma taxa de literacia funcional de apenas 52% para uma média das economias avançadas de 83% e de mais 80% para os EUA e a Finlândia.

A abertura social é passível também de ser lida em função do envolvimento social com o que nos rodeia. Portugal partilha com a Espanha, Hungria, Polónia dos valores mais baixos de participação em associações. Por sua vez, a Argentina e a Itália representam valores intermédios na ordem dos 40% sendo a República Checa, Eslováquia, Chile e Grécia países com níveis de participação acima dos 50% da população.

Quadro 2.14 Índice de participação cidadã por países europeus (%)

<i>Países</i>	<i>Contactou político ou membro do governo nos últimos 12 meses</i>	<i>Trabalhou em partido político ou grupo activista nos últimos 12 meses</i>	<i>Trabalhou em outra organização nos últimos 12 meses</i>	<i>Assinou uma petição nos últimos 12 meses</i>	<i>Boicotou certos produtos nos últimos 12 meses</i>	<i>Comprou produtos por razões políticas/éticas ambientais nos últimos 12 meses</i>	<i>Índice de participação</i>
Portugal	11,16	3,89	5,24	6,80	3,16	7,53	23.º (-1)
Áustria	17,35	9,39	17,52	27,72	21,92	29,18	9.º
Bélgica	17,73	5,42	23,25	33,92	12,79	26,98	10.º
Suíça	16,91	7,61	16,74	40,40	33,66	46,93	2.º
Rep. Checa	21,42	3,87	13,98	15,07	11,05	22,10	15.º
Alemanha	12,98	3,83	18,18	31,32	24,60	39,69	6.º
Dinamarca	17,93	4,13	17,28	28,27	22,98	43,67	5.º
Espanha	11,66	5,79	14,60	22,25	7,72	11,48	16.º
Finlândia	24,28	3,56	30,71	24,04	26,73	41,90	4.º
França	16,83	4,52	17,03	33,75	25,84	27,46	8.º
Reino Unido	18,33	3,16	9,30	39,45	26,19	32,78	7.º
Grécia	14,46	4,97	5,67	4,63	8,52	6,62	19.º
Hungria	14,65	2,85	2,85	4,21	4,83	10,43	22.º
Irlanda	22,36	4,63	13,71	27,24	13,33	24,41	13.º
Israel	11,59	5,89	6,98	16,92	12,96	16,41	17.º
Itália	12,13	3,25	8,16	18,49	7,90	6,34	18.º
Luxemburgo	17,14	2,85	16,66	27,77	14,28	28,57	12.º
Holanda	14,66	3,28	22,84	22,74	10,98	27,11	14.º
Noruega	23,85	9,48	28,16	37,17	20,11	36,59	3.º
Polónia	9,55	2,89	6,03	7,15	3,84	10,50	21.º
Suécia	16,43	4,96	24,55	40,75	32,45	55,12	1.º
Eslovénia	12,19	3,63	2,42	11,58	4,87	9,75	20.º
Média	14,59	4,12	13,61	25,74	17,17	24,53	—

Fonte: European Social Survey 2002/2003.

As razões para a fraca participação são várias mas será possível traçar algumas hipóteses condutoras se focarmos a nossa atenção sobre uma realidade específica, como a portuguesa.

Entre os motivos para a falta de participação podemos apontar para Portugal, em primeiro lugar, o grau de confiança pública nos políticos. Embora se possa considerar como um fenómeno global (Castells 2004) a evolução do grau de desconfiança entre cidadãos e políticos não ocorre da mesma forma em todas as sociedades. Se Portugal se situa em 28.º lugar na confiança pública na honestidade dos políticos, partilhando o seu grau de confiança com um grupo de países europeus — Bélgica, França, Itália e Irlanda — já a Finlândia, em 3.º lugar, é um dos países com maior confiança a nível mundial na honestidade dos seus políticos.

Uma outra dimensão de análise da participação entre diferentes países deve levar em conta também condicionantes históricas de carácter global mas também local. A chamada *participação política não convencional* tornou-se cada vez mais a fórmula mais comum nas nossas sociedades desenvolvidas. As petições, boicotes e outras formas de acção directa têm vindo a tornar-se mais vulgares pelo que mais do que a pertença a partidos, sindicatos e presença em manifestações devemos estar atentos a essas dimensões da participação.

Quadro 2.15 Participação ao longo do tempo em democracias estabelecidas e novas

	<i>Durante e antes da mudança de regime</i>	<i>Após a mudança de regime</i>	<i>Varição</i>
Argentina	34	29	-5
Brasil	25	25	0
Chile	38	25	-13
México	32	22	-7
Bulgária	28	18	-10
República Checa	24	23	-1
Alemanha de Leste	75	63	-12
Hungria	20	24	4
Polónia	20	26	6
Eslovénia	27	30	3
Eslováquia	28	15	-13
	<i>1981/1991</i>	<i>1995/2001</i>	<i>Varição</i>
Portugal	25	27	2
Espanha	31	34	3
Itália	52	62	10
EUA	68	79	11
Bélgica	39	75	36
França	54	72	18
Dinamarca	55	68	13
Japão	49	55	6
Alemanha Ocidental	54	60	6
Suíça	62	68	6
Reino Unido	71	80	9

Fonte: Adaptado de Inglehart (2001) com base em 1981-2001 World Values Survey.

No entanto, nesse nível de medição da participação, Portugal regista valores ainda mais baixos. O índice calculado segundo diferentes actividades de envolvimento cívico e participação em organizações demonstra que Portugal ocupa a posição mais baixa entre 22 países da Europa (e Israel). Apesar da sua proximidade cultural e geográfica a países como a Espanha e a Itália estes demonstram um grau de participação bastante mais elevado.

O contexto histórico de cada sociedade pode também ajudar-nos a compreender um pouco melhor os níveis de participação. Por exemplo, Inglehart (2001) sugere, na sua análise de dados obtidos em mais de 70 países, e referente a mais de 80% da população mundial sobre a participação em democracias estabelecidas e novas democracias, que a pouca participação em algumas sociedades tem a ver com aquilo que designa ser o efeito *pós-lua-de-mel*. Após épocas de elevada participação cívica seguem-se quebras ou a estagnação da mesma, mas no longo prazo a tendência é de crescimento dessa participação.

Segundo Inglehart (2001) os dados demonstram que em 21 países analisados entre 1981 e 1990, embora as pessoas votem menos regularmente, os públicos não estão a tornar-se mais apáticos, pelo contrário aparentam ter-se tornado mais interessados na política, opinião passível de ser confirmada também pelas análises de Castells (2003a) na Catalunha e Cardoso e Firmino da Costa (2004) em Portugal.

Como o quadro anterior (Quadro 2.15) demonstra, o interesse político subiu em 16 países e só caiu em 4. Portugal faz parte do conjunto de países onde a participação é baixa e estagnou, e Espanha também. Em ambos os países após o período de participação acelerada na década de 70, seguiu-se uma normalização democrática.

Embora Inglehart não apresente dados que permitam comparar a década de 70, data das transições e revolução, em Espanha e Portugal, para a democracia, é possível verificar esse tipo de comportamento nas novas democracias do leste europeu caracterizadas por momentos de acelerada participação seguidos depois de períodos de menor envolvimento cívico. O que a leitura dos dados nos permite inferir é a relativa proximidade dos valores de participação entre todos os países que passaram nas três últimas décadas por transições para a democracia, independentemente de se situarem na Europa ou América do Sul. O efeito de *pós-lua-de-mel* será significativo mas o facto de se tratar de sociedades que viveram, durante longas décadas, regimes autoritários de esquerda e direita dá também uma dimensão justificativa da fraca participação das populações.

Um terceiro factor a ter presente na análise da participação deve ser o da relação entre participação e confiança nos outros. Ainda com base na World Values Survey (2001) verifica-se que países geográfica e culturalmente próximos de Portugal, como a Espanha, França e Itália, apresentam valores médios, de pertença a associações, relativamente próximos.

Em Espanha, respectivamente para homens e mulheres, 32% e 26%, para a Itália de 46% e 38% e para França de 36% e 43%. Onde as diferenças são claramente maiores é na *relação com os outros*, pois Espanha com 35%, Itália 32% e França com 20% estão claramente acima dos valores portugueses. Essa desconfiança face aos outros é também claramente um factor a ter em conta nas análises dos motivos para baixos níveis de participação.

Continuando a analisar possíveis factores de condicionamento da participação no quadro de modelos de desenvolvimento informacional, valerá também a pena introduzirmos uma outra variável explicativa, a educação.

Quadro 2.16 Assinou petição nos últimos 12 meses, grau de educação mais elevado (%)

<i>Países</i>	<i>* Not completed primary education</i>	<i>* Primary or first stage of basic</i>	<i>* Lower secondary or second stage of basic</i>	<i>* Upper secondary</i>	<i>* Post secondary non-tertiary</i>	<i>* First stage of tertiary</i>	<i>* Second stage of tertiary</i>
Portugal	0,91	4,63	2,11	15,26	—	19,44	50,00
Áustria	9,09	—	20,00	25,85	32,57	—	43,58
Bélgica	15,38	13,39	26,06	36,65	43,10	—	50,89
Suíça	35,29	—	29,03	38,03	50,74	52,00	60,00
Rep. Checa	—	—	5,55	14,72	22,72	25,64	46,66
Alemanha	—	1,70	21,00	30,34	37,34	40,46	60,75
Dinamarca	—	16,66	24,50	23,26	36,73	42,25	33,33
Espanha	3,40	15,90	24,09	28,99	34,54	40,00	38,88
Finlândia	—	8,86	22,22	27,89	—	31,68	33,33
França	15,72	20,24	31,71	39,34	33,33	44,731	53,58
Reino Unido	—	15,15	32,13	46,54	44,44	51,64	61,22
Grécia	1,75	2,56	2,68	4,51	7,46	12,93	20,00
Hungria	—	3,01	3,52	4,37	—	9,83	11,11
Irlanda	7,69	11,11	24,00	31,42	38,00	38,88	38,09
Israel	—	5,26	14,75	12,92	13,46	27,45	29,26
Itália	—	6,84	16,06	25,47	21,91	30,53	64,91
Luxemburgo	—	18,18	25,00	33,33	—	—	40,00
Holanda	10,00	10,07	17,26	22,80	30,76	34,44	20,00
Noruega	—	—	26,00	36,02	33,33	43,42	52,63
Polónia	—	2,48	4,94	9,90	7,46	20,80	12,37
Suécia	—	31,28	40,57	44,51	—	47,61	46,49
Eslovénia	—	12,5	7,31	7,69	17,64	11,11	21,42

Fonte: European Social Survey 2002/2003.

* Nota: dadas as diferentes denominações dos graus de ensino no contexto europeu optou-se por utilizar as denominações originais da ESS.

A análise sobre as dimensões da participação merece ainda uma referência a Putnam (1993) e à relação entre leitura de jornais e pertença associativa. Putnam argumenta que a leitura de jornais está directamente correlacionada com a pertença associativa (em associações que não as religiosas) e que as regiões com os níveis mais elevados de leitura são também aquelas onde a norma é a existência de comunidades cívicas fortes. Testando essas hipóteses verifica-se que, pelo menos na Europa, mais do que influenciar a participação, a leitura de jornais está (tal como a pertença associativa) ligada ao grau de educação das populações. Como se pode observar (Quadro 2.18) a educação, mais do que a leitura de jornais ou o visionamento de notícias na TV, constituirá um elemento central para as opções de participação dos diferentes sujeitos.

Um dos indicadores de uma sociedade informacional passa também pela relação entre essa sociedade e os seus media, no que toca à liberdade dos meios de comunicação expressarem livremente as notícias e as opiniões mas também à relação entre os fruidores e produtores de informação.

Entre todas as sociedades em transição aqui analisadas, apenas a Itália, Argentina e Brasil figuram como países parcialmente livres em termos de liberdade dos meios de comunicação.

Quadro 2.17 Contactou políticos/membros governo durante último ano, grau educação (%)

<i>Países</i>	<i>* Not completed primary education</i>	<i>* Primary or first stage of basic</i>	<i>* Lower secondary or second stage of basic</i>	<i>* Upper secondary</i>	<i>* Post secondary non-tertiary</i>	<i>* First stage of tertiary</i>	<i>* Second stage of tertiary</i>
Portugal	3,66	10,62	8,45	17,42	—	20,83	—
Áustria	9,09	—	10,61	18,04	18,18	—	30,76
Bélgica	14,28	11,50	10,24	17,94	25,86	—	26,54
Suíça	17,64	—	4,34	14,89	25,37	30,26	23,80
Rep. Checa	10,00	—	9,60	23,27	18,18	30,00	20,00
Alemanha	—	1,70	5,71	11,14	22,28	20,44	39,243
Dinamarca	—	20,00	12,74	15,84	22,44	26,76	33,33
Espanha	27,82	9,66	10,37	13,40	15,90	22,62	61,11
Finlândia	12,50	13,92	18,51	23,97	—	37,62	66,66
França	7,49	16,66	14,21	14,34	16,66	18,07	26,28
Reino Unido	—	42,42	12,96	15,22	23,11	29,40	46,93
Grécia	10,52	12,82	13,42	12,99	19,40	20,68	40,00
Hungria	5,97	7,53	16,00	15,30	—	25,00	31,11
Irlanda	23,07	20,00	22,36	21,42	25,49	22,22	28,57
Israel	—	7,89	11,29	7,43	13,46	14,70	21,951
Itália	—	7,74	7,89	17,12	16,43	21,23	42,10
Luxemburgo	—	9,09	25,00	16,66	—	—	25,00
Holanda	—	5,38	10,28	13,18	11,53	27,66	20,00
Noruega	—	—	14,00	22,04	25,00	31,16	42,10
Polónia	0,89	3,41	7,08	11,20	13,33	18,00	23,10
Suécia	11,11	10,76	14,18	14,74	—	23,58	25,00
Eslovénia	—	12,50	7,31	7,89	15,38	11,11	26,66

Fonte: European Social Survey 2002/2003.

* Nota: dadas as diferentes denominações dos graus de ensino no contexto europeu optou-se por utilizar as denominações originais da ESS.

Para a caracterização da liberdade dos meios de comunicação são tomados em conta o enquadramento legal da actividade jornalística, as influências políticas e as pressões económicas sobre a liberdade de comunicação. Portugal, entre 2001 e 2003, melhorou o seu rácio geral em 2 pontos (passando de 17 para 15) seguindo uma tendência similar à da Finlândia, enquanto os Estados Unidos tiveram um comportamento oposto (de 17 para 19) e Singapura continua a ser considerado um país sem liberdade para os meios de comunicação⁹.

A evolução positiva pode, como no caso de Portugal, mascarar que o valor final se fica a dever a uma avaliação positiva da evolução das leis e da regulação que, eventualmente, influenciem o conteúdo dos media, a qual é contrabalançada por uma deterioração das pressões económicas sobre o conteúdo dos media. Citando o relatório *Press Freedom Survey* de 2003, «Embora a maioria dos meios de comunicação sejam independentes do Estado, no entanto, a posse de jornais, rádio e televisão encontra-se nas mãos de quatro companhias de media» (*Press Freedom Survey* 2003).

A comparação aqui realizada de modelos de abertura social e cidadania, a par da análise sobre indicadores de bem-estar social, apresenta-nos muitos mais as diferenças do que dados transversais a todas as sociedades aqui tratadas.

Quadro 2.18 Relação entre ver notícias e ler jornais em função da escolaridade, por países (%)

<i>Países</i>		<i>* Not completed primary education</i>
Portugal	Vê notícias TV	92,15
	Lê Jornais	9,25
Áustria	Vê notícias TV	88,88
	Lê Jornais	58,33
Bélgica	Vê notícias TV	71,42
	Lê Jornais	35,71
Suíça	Vê notícias TV	93,33
	Lê Jornais	94,11
República Checa	Vê notícias TV	70,00
	Lê Jornais	44,44
Alemanha	Vê notícias TV	89,28
	Lê Jornais	57,26
Dinamarca	Vê notícias TV	100,00
	Lê Jornais	100,00
Espanha	Vê notícias TV	82,35
	Lê Jornais	24,88
Finlândia	Vê notícias TV	100,00
	Lê Jornais	87,50
França	Vê notícias TV	90,66
	Lê Jornais	57,14
Reino Unido	Vê notícias TV	100,00
	Lê Jornais	—
Grécia	Vê notícias TV	100,00
	Lê Jornais	6,14
Hungria	Vê notícias TV	100,00
	Lê Jornais	40,90
Irlanda	Vê notícias TV	84,61
	Lê Jornais	76,92
Israel	Vê notícias TV	71,42
	Lê Jornais	22,22
Itália	Vê notícias TV	80,93
	Lê Jornais	16,20
Luxemburgo	Vê notícias TV	90,90
	Lê Jornais	—
Holanda	Vê notícias TV	90,90
	Lê Jornais	72,72
Noruega	Vê notícias TV	—
	Lê Jornais	—
Polónia	Vê notícias TV	89,47
	Lê Jornais	24,10
Suécia	Vê notícias TV	88,88
	Lê Jornais	88,88
Eslovénia	Vê notícias TV	—
	Lê Jornais	44,44

Fonte: European Social Survey 2002/2003.

* Nota: dadas as diferentes denominações dos graus de ensino no contexto europeu optou-se por utilizar as denominações originais da ESS.

<i>* Primary or first stage of basic</i>	<i>* Lower secondary or 2nd stage of basic</i>	<i>* Upper secondary</i>	<i>* Post secondary, non-tertiary</i>	<i>* First stage of tertiary</i>	<i>* Second stage of tertiary</i>
95,87	97,18	98,48	—	97,22	100,00
48,38	63,88	70,67	—	82,19	50,00
—	93,60	96,93	97,52	—	98,63
—	83,51	86,53	87,21	—	88,60
93,75	90,18	93,06	96,49	—	96,22
54,86	56,62	62,93	60,68	—	68,42
—	92,13	95,40	96,82	95,38	100,00
—	83,87	90,88	91,30	89,47	90,47
—	93,44	97,30	95,23	100,00	100,00
—	69,84	82,75	86,36	92,50	93,75
91,08	97,06	99,37	99,85	100,00	89,28
71,41	84,72	84,93	90,76	93,67	57,26
100,00	93,87	98,50	100,00	98,59	100,00
80,00	68,31	77,22	79,59	83,09	100,00
92,46	88,88	92,07	91,78	96,07	100,00
43,26	45,58	67,40	69,19	80,49	89,47
96,10	98,70	98,60	—	98,98	100,00
92,40	92,59	91,83	—	95,04	100,00
91,15	92,77	97,43	96,24	96,65	96,14
66,66	58,27	67,21	62,43	55,53	69,48
84,84	90,78	94,99	96,13	95,06	95,65
21,21	74,53	78,58	78,53	77,80	71,42
84,84	90,78	94,99	96,13	95,06	95,65
22,97	38,00	42,69	52,23	62,93	80,00
84,84	90,78	94,99	96,13	95,06	95,65
74,37	80,61	89,07	—	88,33	93,33
87,50	89,33	92,95	94,11	94,44	95,23
85,45	84,21	88,88	82,69	94,44	90,00
91,42	86,20	89,05	91,30	91,30	94,87
47,36	64,51	72,29	75,00	72,81	80,95
97,30	93,75	96,34	89,04	97,56	100,00
51,61	68,28	82,64	94,52	92,79	100,00
100,00	91,66	100,00	100,00	100,00	90,90
72,72	75,00	83,33	100,00	100,00	80,00
94,48	96,82	97,75	98,70	99,65	100,00
69,23	82,14	81,64	87,17	86,71	100,00
—	98,03	97,82	100,00	100,00	95,00
—	96,07	96,25	88,88	97,40	100,00
94,34	95,49	97,40	97,69	100,00	99,64
44,53	60,28	74,60	79,10	76,00	87,37
95,36	97,12	95,42	—	98,03	97,39
90,30	93,57	89,10	—	88,67	93,96
85,71	87,80	89,74	94,00	100,00	92,85
73,17	79,48	88,23	88,88	92,85	44,44

Isto seria de esperar, pois embora partilhando valores, como a democracia e a procura de adopção de modelos de desenvolvimento informacional cada sociedade possui uma história única e identidades próprias bem como modelos diferenciados de bem-estar.

A Mudança Social nas Sociedades em Rede

A caracterização das sociedades em transição que se procurou realizar neste capítulo, com especial aprofundamento da portuguesa, reflecte a transição de populações com menores níveis de educação para uma sociedade onde as gerações mais novas atingiram já competências educacionais mais aprofundadas. No entanto, essa análise também reflecte sociedades que, embora tenham realizado elevados esforços na área do conhecimento, procuram ainda afirmar-se nas dimensões de infra-estrutura e produção tecnológica.

Esta análise reflecte também uma transição sociopolítica, de ditaduras para uma politização institucional democrática e depois, para uma rotinização da democracia num processo que combina um crescente cepticismo, face aos partidos e às instituições de governo, com um acentuar da participação cívica, a partir de formas autónomas e por vezes individualizadas de expressão da sociedade civil.

É nesse contexto que se produz uma transição fundamental nestas sociedades: a tecnológica, expressa por meio da difusão da Internet, e pela aparição na estrutura e na prática social da *sociedade em rede*.

Depois da leitura destes dados e análises há uma pergunta a que importa ainda responder: existe ou não uma clivagem geracional em todas as sociedades aqui analisadas? Se na sociedade portuguesa os dados confirmam essa clivagem, ela não está presente em todos os países analisados. Aparentemente as excepções ocorrem em alguns dos países do leste europeu, como é o caso da República Checa, Eslováquia e Hungria.

A clivagem geracional não resulta de uma opção, é antes fruto de uma sociedade onde os recursos cognitivos necessários estão distribuídos de modo desigual entre gerações, pelo que sociedades em que a aprendizagem e literacia formal se encontram mais bem implantadas historicamente, apresentam processos de transição que enfatizam menos as diferenças geracionais.

Só assim se pode explicar, por exemplo, que, entre os que nasceram em Portugal antes de 1967, encontremos uma parcela de actores sociais que se aproximam em algumas dimensões de práticas, e por vezes de representações, dos portugueses mais jovens. Essa proximidade é visível no facto de aqueles que possuem competências educacionais similares se aproximarem, por exemplo, na utilização da Internet ou na sua perspectiva de valorização profissional.

A sociedade em que vivemos não é uma sociedade em cisão social. É sim assente num modelo de desenvolvimento informacional em que há competências cognitivas mais valorizadas do que outras, nomeadamente: a escolaridade mais elevada, a literacia formal e as literacias tecnológicas. Todas elas são competências adquiridas e não inatas, como tal não há lugar a uma inevitabilidade de cisão social, antes existe um processo de transição em que os protagonistas são os que dominam essas competências mais facilmente.

Sociedades como a portuguesa e a catalã, ao mesmo tempo que se deparam com múltiplos processos de transição, conservam uma forte coesão social sobre uma densa rede de relações sociais e de território. Trata-se de sociedades em que se muda e se

mantêm a coesão ao mesmo tempo. Evolui-se na dimensão global, mas mantém-se o controlo local e pessoal sobre aquilo que dá sentido à vida (Castells, 2004c). Nas sociedades em transição esse equilíbrio, entre a mudança e a coesão social, poderá constituir outro dos traços comuns.

No entanto, embora partilhando redes globais, cada realidade social é única e só uma análise mais aprofundada de cada nação nos pode dar a conhecer os sinais de evolução futura em cada uma das nossas sociedades: é esse o desafio para compreender as transições, em curso nas nossas sociedades, para a sociedade em rede.

Notas

¹ Huntington sugere que ocorreram, durante as décadas de 70 e 80, transições de sistemas políticos não democráticos para regimes democráticos e que essas mudanças podem ser enquadradas num plano mais vasto de tendência para a transição democrática. Não querendo aprofundar as diferentes premissas defendidas por Huntington julgo que o seu contributo de interesse para a análise proposta aqui, sobre as sociedades em transição para a sociedade em rede, é o facto de o autor estabelecer uma articulação entre diferentes zonas geográficas e sociedades no plano dos valores. Ou seja, todas as sociedades aqui analisadas partilharam nas três últimas décadas um valor comum, a procura de democracia e tentam hoje inserir-se na economia mundial como sociedades informacionais colocando-se, segundo a maior parte dos indicadores, numa zona de transição.

Os países aqui analisados como em transição para a sociedade em rede são referidos, quase todos, por Huntington como exemplo comum de transição democrática. Por exemplo, Huntington enquadra três tipos de transição em que se inserem os países aqui analisados: 1) transformações (como o caso espanhol, a Hungria e o Brasil) onde as elites no poder assumiram a liderança dos processos de passagem para a democracia; 2) substituição (como em Portugal e na Argentina) onde os grupos de oposição lideraram o processo de democratização; 3) transposição (como na Polónia e Checoslováquia) onde a democratização ocorreu através da acção comum de governos e oposição.

² Definição da Unesco para o indicador em causa: «gross enrolment in tertiary education – total enrolment in tertiary education regardless of age, expressed as a percentage of the popu-

lation in the five-year age group following the secondary-school leaving age».

³ Para o Brasil a análise refere-se apenas ao valor para R&D.

⁴ *Conectividade e tecnologias de informação*: onde são medidas a utilização da rede básica de telefones, a rede móvel, a *Internet* e o uso de computadores mas também o custo, a qualidade e a confiança que os serviços oferecem. *O ambiente de negócios*: mede o clima geral de negócios num país como a força da economia, estabilidade política, ambiente regulatório, impostos, política de concorrência, mercado de trabalho, a qualidade de infra-estruturas e a abertura ao comércio e investimento. *A adopção por negócios e consumidores*: tenta aferir o nível de práticas de *e-business* em cada país, ou seja, como a *Internet* é utilizada para automatizar processos de negócio tradicionais e como são as empresas ajudadas pelo desenvolvimento logístico e de sistemas de pagamento *on-line* e qual o grau de investimento do sector financeiro do Estado em tecnologias de informação. *Ambiente jurídico e legislativo*: mede o sistema jurídico de um país e a legislação específica utilizada para enquadrar as actividades na *Internet*. Isto é, facilidade de criação de negócios, protecção da propriedade privada, se os governos procuram dar atenção à *Internet* e ao seu desenvolvimento ou se estão apenas preocupados com dimensões de censura e controlo dos acessos. *Ambiente social e cultural*: aprecia os graus de literacia e educação básica que são pré-condições para se ser capaz de utilizar as novas tecnologias, a experiência na utilização da *Internet*, e a receptividade face ao seu uso, e as capacidades técnicas da força de trabalho. E por último, a *existência de suporte em serviços electrónicos*, ou seja, a existência de serviços de consultadoria e técnicos, existência de apoio de

back-office e suporte da indústria para *standards* para plataformas e linguagens de programação.

⁵ O *índice tecnológico* é obtido a partir de um conjunto de dados com pesos diferenciados. Assim, é medido o acesso à *Internet* nas escolas, se o estado da concorrência entre ISP's é suficiente para assegurar elevada qualidade, poucas avarias e preços baixos, se os programas dos governos obtêm ou não sucesso em promover o uso das tecnologias de informação e se as leis sobre comércio electrónico, assinaturas digitais, protecção do consumidor estão desenvolvidas e em aplicação. Por outro lado, são analisadas as penetrações do uso de telefones móveis, utilizadores de *Internet*, *hosts* de *Internet*, linhas telefónicas e computadores pessoais. O *Índice das instituições públicas* é obtido a partir da indicação sobre se o sistema judiciário é ou não independente das influências do poder político, cidadãos e empresas, se os direitos de propriedade, incluindo bens móveis, estão bem definidos e protegidos por lei, se o Estado é imparcial na atribuição de contratos públicos e se o crime organizado impõe ou não custos elevados à actividade económica. Também são analisadas as dimensões da corrupção, nomeadamente, até que ponto subornos são comuns para a obtenção de autorizações de importação e exportação, para o acesso a bens públicos e para evitar o pagamento de impostos. O *Índice de ambiente macroeconómico* baseia-

-se na probabilidade da economia vir a viver recessão, no próximo ano, e de saber até que ponto a obtenção de crédito para as empresas é mais ou menos difícil que no ano anterior. São ainda analisados os défices ou *super avit* do Estado no ano anterior, bem como as taxas de poupança, inflação, taxa de câmbio e *spread* entre empréstimos e aplicações financeiras. Dois outros elementos de análise são o *rating* do país em termos de crédito internacional e até que ponto o Estado fornece bens e serviços necessários, não oferecidos pelo mercado, ou realiza despesas mal aplicadas.

⁶ Os dados indicam que as taxas de abandono na UE são relativamente altas com uma média de 22,5%. No entanto, existem diferenças acentuadas entre estados membros. Assim os estados do norte da Europa possuem melhores resultados do que os restantes. Portugal (40,7%), Itália (30,2%), Espanha (30,0%) e Reino Unido (31,4%) possuem taxas muito elevadas, enquanto a Alemanha (13,2%), Áustria (11,5%) e os países escandinavos (Suécia 9,6% e Finlândia 8,5%) apresentam valores abaixo da média (European Union 2000).

⁷ Iguais posições surgem quando se olha para a análise da presença *on-line* na *Internet*, Finlândia, Portugal e EUA encontram-se entre os menos restritivos às liberdades de comunicação e Singapura entre os moderadamente livres (*Press Freedom Survey* 2001).

Referências Bibliográficas

- AETIC, (2004), *Métrica de la sociedad de la información*, Madrid.
- ALTMAN, David, (2002), *Prospects for e-government in latin America*, International review of public administration, 2002, vol. 7, n.º 2.
- AMADEO, Belen, (2005), *Ciberpolítica en Argentina*, Paper presented at Seminário Internacional, 12 e 13 de Maio, Lisboa, ISCTE.
- CARDOSO, Gustavo; FIRMINO DA COSTA, António, (2005), *A Sociedade Rede em Portugal*, Porto, Campo das Letras.
- CASTELLS, Manuel, (2002), *A Sociedade em Rede. A Era da Informação. Economia, Sociedade e Cultura*, Volume I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- CASTELLS, Manuel, (2003), *O Poder da Identidade. A Era da Informação. Economia, Sociedade e Cultura*, Volume II, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- CASTELLS, Manuel, (2003b), *La Societat Xarxa a Catalunya*, Barcelona, Editorial UOC.
- CASTELLS, Manuel, (2004b), *A Galáxia Internet*, Lisboa Fundação Calouste Gulbenkian.
- CASTELLS, Manuel e INCE, Martin, (2004c) *Conversas com Manuel Castells*, Porto, Campo das Letras.
- COLE, Jeff, (2005), *Internet and Society in a Global Perspective: Lessons from Five Years in the Field*, Castells M. and Cardoso G., The Network Society, From Knowledge to Policy, Brookings Institution Press.
- ESS SURVEY, (2003), Disponível *on-line* HTTP: <http://ess.nsd.uib.no/>.
- GIDDENS, Anthony; HUTTON, Will, (2000), *On the edge: living with global capitalism*. London: Vintage.
- GLOBAL COMPETITIVENESS REPORT, (2004), *World Economic Forum*, Geneva.
- HIMANEN, Pekka; CASTELLS, Manuel, (2001), *The Information Society and the Welfare State: The Finnish Model*, Oxford, Oxford University Press.
- HUNTINGTON, Samuel P., (1991), *The third wave: Democratization in the Late Twentieth Century*, University of Oklahoma Press.
- IMD, (2004), *World Competitiveness Yearbook*, 2004, Lausanne, World Competitiveness Center.
- INGLEHART, Ronald e CATTERBERG, Gabriela, (2001), *Trends in Political Action: The Developmental Trend and the Post-Honeymoon Decline*, Disponível *on-line* HTTP: http://www.worldvaluessurvey.org/Upload/5_Partapsa.pdf.
- ITU, (2003), *Digital Access Index*, International Telecommunications Union 2003, Disponível *on-line* HTTP: http://www.itu.int/newsarchive/press_releases/2003/30.html.
- JORGENSEN, Dale W., (2005), *Information, Technology and the World Economy*, Castells M. and Cardoso G., The Network Society, From Knowledge to Policy, Brookings Institution Press.
- OCDE, (2004), *Education Outlook*, Paris, OCDE.
- OCDE, (2004), *OECD PISA review* Disponível *on-line* HTTP: <http://www.pisa.oecd.org/>.
- OCDE, (2004), *Patent Database*, September 2004, Paris, OCDE.
- PRESS FREEDOM SURVEY, (2003), Disponível *on-line* HTTP: <http://www.freedomhouse.org/>.
- PUTNAM, Robert, (1993), *Making Democracy Work*, Princeton, N.J.: Princeton University Press.
- SILVERSTONE, Roger, (1994), *Television And Everyday Life*, London: Routledge.
- UNDP, (2001), *Human Development Report 2001*, Disponível *on-line* HTTP: <http://www.undp.org/hdr2001/>.
- UNDP, (2003), *Human Development Report 2003*, Disponível *on-line* HTTP: <http://www.undp.org/hdr2003/>.